

Artigos

A Pesquisa Escolar nas LDBs e nos PCNs

Maria Aparecida da Costa Bezerra

Mestre em Educação: Psicologia da Educação
Autora do livro: Informação & Formação: passos para a pesquisa
Bibliotecária Escolar e universitária
Membro do Proler – Baixada Santista

Resumo: O artigo apresentado discute a inclusão do trabalho de pesquisa escolar sugerido pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, posteriormente, nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Mostra, na legislação e nos parâmetros curriculares, a inserção da atividade de pesquisa nas disciplinas. O estudo revela que a implantação da pesquisa teve sua origem na Lei 4024/61 e que os PCNs indicam detalhadamente, em algumas disciplinas, as ações e habilidades que concernem o ato de pesquisar, demonstrando a importância desse trabalho escolar já no Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Pesquisa escolar; recurso didático.

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é chamar a atenção dos educadores em geral quanto ao uso inadequado da pesquisa escolar. Também é fazer com que os educadores tenham ciência de que essa atividade sempre foi indicada em legislação específica e, posteriormente, nos PCNs¹.

É relevante este assunto: **pesquisa escolar**, seus procedimentos e sua elaboração; é ferramenta de aprendizado para o **educando** se familiarizar com algumas habilidades, além de ação que o favorecerá na **vida acadêmica** – principalmente na **iniciação científica**.

A pesquisa escolar, por ser um instrumento didático – principalmente porque o educando a utilizará em níveis posteriores – também se classifica, segundo Junqueira (1999) e Bezerra (2004), em:

bibliográfica – realizada por meio de textos já elaborados;

comparativa – análise, descrição e comparação entre dois ou mais objetos de estudo;

de campo ou estudo do meio – feita por observação direta no próprio local;

de mercado – obtenção de observação [informações] sobre a venda de um produto, os hábitos dos consumidores ou a aceitação de um produto novo;

de opinião – investigação do gosto da preferência das pessoas;

¹ Parâmetros Curriculares Nacionais: proposta de reorientação curricular da Secretária de Educação Fundamental do Ministério de Educação e do Desporto como referência curricular nacional, garantindo a todo aluno de qualquer região do país o direito de ter acesso aos conhecimentos indispensáveis para a construção de sua cidadania (PCNs, 1998, p. 9).

descritiva – descrição passo a passo da transformação do objeto de estudo;

experimental – coleta de informações em um experimento e descrição periódica; concomitantemente, localização de fontes que expliquem sobre o estudo;

histórica – busca de informações sobre o passado.

Pode-se falar também em pesquisa, dentro do âmbito educacional, quando se trabalha com projetos que propõem uma sequência de etapas metodológicas que favorecem o estudo do objeto (PCNs, 2001 e BEZERRA, 2004), permitindo, assim, o aprofundamento em determinadas temáticas (PCNs, 1998b e BEZERRA, 2004).

Diante disso, o estudo teve como base extrair da legislação e dos PCNs o que se refere à pesquisa escolar – incluindo a biblioteca escolar, por ser esse o setor de apoio para a realização dessa atividade; sua inserção nas disciplinas de Ciências, Geografia e História, com destaque à disciplina de Língua Portuguesa, inclusive apresentando uma conexão com o livro Informação e Formação (BEZERRA, 1998), de minha autoria, e alguns autores que defendem a sua importância.

2 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCNs

A implantação da pesquisa escolar surge para complementar os conteúdos de sala de aula. Para alguns autores, como Pécora (1998), Oliveira (1999), etc., ela é introduzida na Lei 5692/71, mas o estudo apresenta, ao contrário, que ela é citada já na Lei 4024/61.

É pertinente destacar que a Lei sempre indicou a preparação do educando para o desenvolvimento dos procedimentos da pesquisa escolar, mas se observa até hoje a existência de um descaso sobre sua utilização.

Destaco, portanto, o conteúdo das leis:

- Lei 4024/61 – No capítulo “Dos fins da Educação”, art.1º, no item e: “o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer a dificuldade do meio” (AZEVEDO 1979, p.15);
- Lei 5692/71 – Item sobre objetivos na disciplina de Ciências trata do “desenvolvimento do pensamento lógico e a vivência do método científico...”

(AZEVEDO, 1979, pp. 48-49) e também em um parecer que será apresentado mais adiante;

- Lei 9394/96, seção III, “Do Ensino fundamental”, art. 32, parágrafo 3º, trata do “desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades” (BRASIL. LEIS, DECRETOS ETC., 1997?, p. 19);
- Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Consta em um dos objetivos referentes ao Ensino Fundamental Ciclo² I e II (1ª a 8ª séries): “saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos” (PCNs, 1998d, pp.32-33).

Observamos que, há mais de quarenta anos, a Lei 4024/61 regulamentava que o educando deveria dominar “os recursos científicos e tecnológicos”, ou seja, as fontes de informação para saber interpretar a ciência e a tecnologia.

Para tanto cabe aos educadores, desde o ensino de base, apropriar-se dessa atividade – **pesquisa escolar** – pois a mesma leva o educando a desenvolver habilidades referentes aos procedimentos de buscar, consultar, localizar, selecionar/interpretar e extrair a informação relativa ao conteúdo a ser estudado de acordo com seu entendimento.

Além disso, o educando tem a possibilidade de apresentar o conteúdo de sua pesquisa com seu próprio discurso. E, caso necessário, discutir também em sala de aula tanto a apresentação escrita quanto a apresentação oral. Cabe ao professor, em relação à base científica, respeitar a sua “faixa etária e seu meio” (WALLON, 2002).

Entretanto, na Lei 5.692/71 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a palavra “pesquisa” aparece explicitamente, como salienta Azevedo (1979, pp.48-49) no item sobre objetivos na disciplina de Ciências: “desenvolvimento do pensamento lógico e a vivência do método científico...”. Com este objetivo, a Lei propunha que o professor iniciasse o aluno em algumas habilidades e ações pertinentes ao método científico.

Por outro lado, os autores que a elaboraram também reconheciam que muitas comunidades ou escolas não dispunham de imediato de experiências e recursos para imprimir este sentido à educação científica [...] e acreditavam também que alguns

² Ciclo: Na estrutura dos PCNs, cita-se que o Ensino Fundamental se dividirá em ciclos (ao invés de séries), caracterizando-se: Ciclo 1º, correspondendo às 1ª e 2ª séries; e assim por diante de duas em duas séries. A Secretária de Estado da Educação de São Paulo adotou Ciclo I – 1ª a 4ª séries; Ciclo II – 5ª a 8ª séries, no Ensino Fundamental.

educadores não ficariam indiferentes e não cruzariam os braços para o problema proposto. Fizeram, inclusive, uma ressalva de que estas tais habilidades não iriam surgir com a mesma intensidade, pois o ensino sempre foi centrado apenas nos conteúdos (CARDOSO, 1972?).

Em relação às matérias do núcleo comum, a Lei nº 5692/71 e Parecer nº 853/71 apresentam, nos objetivos das disciplinas:

ESTUDOS SOCIAIS:

Conhecimentos relacionados	Atividades
a comunidade e a sociedade. O indivíduo e a sociedade.	pesquisar ocupações exercidas pelos membros da comunidade.
o trabalho e o direito social. As instituições de previdência social.	pesquisar para concluir que existem encargos sociais para o empregado e o empregador.
Os símbolos nacionais – conhecimento e uso.	pesquisar sobre o uso dos símbolos nacionais para conhecer seu significado e importância.

CIÊNCIAS – desenvolvimento do pensamento lógico e vivência do método científico:

Conhecimentos relacionados	Atividades
a função de perpetuação das espécies.	acompanhar o desenvolvimento de um pequeno animal.
enchente: suas causas e seus efeitos.	pesquisar através de veículos informativos, a ação dos fenômenos ambientais.
poluição ambiental: ar, água, visual e sonora.	pesquisar sobre os órgãos oficiais encarregados da preservação ambiental; pesquisar sobre a necessidade do tratamento da água antes de ser utilizada pelo homem.
aproveitamento racional de: quedas de água, usinas hidrelétricas, jazidas, minerais, carvão, petróleo.	pesquisar sobre o funcionamento de uma usina hidrelétrica ou termoelétrica; pesquisar sobre o carvão e o petróleo e sua importância no desenvolvimento nacional.
alimentação – subnutrição e má nutrição.	pesquisar nos alimentos a presença de

	substâncias indispensáveis à vida.
os seres vivos: ciclo vital.	pesquisar sobre as fases que compõem o ciclo vital.

Observa-se, nos quadros acima, que foram sugeridas para o professor atividades de pesquisa para completar o conteúdo trabalhado em classe, mas sem parâmetros de orientação pedagógica a serem seguidos. Como os educadores não conseguiram atingir o proposto pela legislação, depois de vinte e cinco anos foi promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Pode-se dizer que, apesar das Leis 4024/71 e 5692/71 terem sido promulgadas, aplicadas e analisadas, surge uma nova Lei 9394/96, visto que as anteriores não satisfaziam aos educadores.

Na Lei 5692/71, no Capítulo 3º (do título V – “Corpo Discente” – “Verificação do Rendimento Escolar” art. 61, ao considerar o rendimento escolar, e art. 68, na apuração do aproveitamento intelectual, aparecem os itens “d) pesquisa” e “e) consultas a **bibliotecas**”, (grifo meu) como itens de um conjunto para avaliação intelectual (CARDOSO, 1972?, p.158).

Ainda na mesma Lei, no Cap.3 – “Deveres dos professores” – no Título IV – “Corpo Docente”: em seu artigo 35, incluem-se como deveres: “e) participar de cursos de reciclagem”; “o) propor a aquisição de livros para biblioteca”; “v) orientar seus alunos para trabalhos de pesquisa e consulta à biblioteca”; “x) recomendar bibliografia para leitura suplementares” (CARDOSO, 1972?).

Supõe-se aqui que os deveres dos professores estão vinculados a sugestões de livros para a biblioteca escolar. Para isso, o professor precisa atualizar-se constantemente: elaborar um plano de pesquisa, partindo do que se tem na biblioteca da escola; familiarizar-se com os procedimentos de pesquisa e sugerir novas fontes de pesquisa, inclusive por meios digitais.

A Lei 9394/96, na seção III, “Do Ensino Fundamental”, art.32, parágrafo 3º, trata da importância do “desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades”. Neste parágrafo, a Lei propõe e apresenta subsídios para desenvolver no educando o uso das ações e habilidades de uma pesquisa escolar, tendo em vista o contato e a reconstrução sistemática da informação utilizando-se da introdução do aluno na vivência científica.

3 APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO NA BIBLIOTECA ESCOLAR

Partindo do pressuposto que a biblioteca [bibliotecário] escolar colabora direta ou indiretamente com o professor no que se refere à mediação da informação, e que a pesquisa escolar – e principalmente a bibliográfica – é um recurso didático do conteúdo escolar, verifica-se que os PCNs enfatizam a sua prática.

Apesar de a Lei ser clara e incisiva quanto a sua utilização, nem sempre sua execução o é. Há necessidade de regulamentação através de outras formas legislativas como resoluções e portarias. E, após a verificação de sua execução, aplicando-se punições caso não tenha ocorrido o determinado.

O Decreto nº 7709, de 18 de março de 1976, assinado pelo Governador Paulo Egydio Martins, dispõe sobre o pessoal das escolas estaduais de 1º e 2º Graus e dá outras providências. No Capítulo II – “Das demais escolas estaduais de 1º Grau, das escolas estaduais de 1º e 2º Graus e das escolas estaduais de 2º. Grau”, na Seção I “Do pessoal não-docente”, no Artigo 3º, item VII – 1 (um) bibliotecário para escola que mantenha um mínimo de 20 (vinte classes).

Assim as escolas estaduais que tivessem a partir desse número de classes deveriam manter uma biblioteca escolar, sendo gradativamente instalada e indicando-se um funcionário para responsabilizar-se por ela – preferencialmente, um bibliotecário. Na existência do profissional e não tendo havido concurso público para provimento desses cargos, procurou-se habilitar um funcionário para exercer a função, com várias etapas de reciclagens, orientações e normas formais e rigorosas, a fim de que a lei fosse cumprida.

As atividades do responsável pela biblioteca se constituíam em tomar os livros chegados da Fundação para Assistência ao Escolar – FAE, os livros didáticos cedidos pelo governo e os livros doados por particulares. Ainda catalogá-los e dispô-los nas estantes com uma numeração organizada pelas orientações recebidas nos cursos, referentes às “normas de biblioteconomia”.

Os professores de diversas disciplinas também eram orientados, em reuniões pedagógicas, sobre como utilizar o espaço da biblioteca e como fazer o manuseio do material e ensinar como retirar dele as informações necessárias.

O Decreto Municipal nº 32582, de 10 de novembro de 1992, assinado por Luiza Erundina de Sousa, dispõe sobre as Salas de Leitura – nas Escolas Municipais de São Paulo que especifica e dá providências.

(...) considerando a implantação do Estatuto do Magistério Municipal, em especial os artigos 5º e 29º, e a necessidade de reorganizar, nas Escolas Municipais, as Salas de Leitura e a atribuição do Professor Orientador e de Salas de Leitura, DECRETA no art.1º a autorização da criação de Salas de Leitura nas Escolas Municipais de 1º. grau, nas EMElS e nas EMEDAs – Escola Municipal para Deficientes Auditivos; no artigo 2º, determina que o Secretário Municipal de Educação designe Profissional de Ensino, docente efetivo ou estável para desempenhar as atribuições de Orientador da Sala de Leitura; no parágrafo 2º do artigo 2º, propõe que, excepcionalmente poderá ser designado docente que atue na área de Educação Infantil.

A Lei estadual, já citada anteriormente, prevê a instalação de uma biblioteca e provimento de um cargo de bibliotecário, devidamente graduado, nas escolas com mais de 20 (vinte) classes. A regulamentação do Decreto Estadual desviou-se do intento.

Entretanto, não havendo concurso público, as bibliotecas formadas ficaram sem orientação; daí a transferência de um professor para exercer a função responsável pela biblioteca, descumprindo o Decreto. Na falta desse profissional foram alocados professores readaptados.

A Lei municipal de São Paulo não incorreu nesse risco, pois criou Salas de Leitura. A nova nomenclatura isenta a contratação de um funcionário habilitado – o bibliotecário.

Diante disso, Tavares (1993) e Pécora (1998) ressaltam a inexistência de profissionais qualificados em bibliotecas públicas³ e escolares como fator que prejudica o atendimento à demanda estudantil. Tavares (1993) sustenta que os bibliotecários questionam os docentes em relação à pesquisa escolar; que os professores muitas vezes, não sabendo incentivar a leitura, determinam a frequência à biblioteca, acarretando assim o desinteresse do aluno pela leitura e também por outras atividades prazerosas que as bibliotecas públicas oferecem. Ainda, conforme referência, Tavares (1993, p. 9) afirma que, por mais que a biblioteca pública tentasse ou tente proporcionar “a informação das múltiplas linguagens de expressão”, acaba descaracterizando-se para atender às

³ A função da Biblioteca Pública é de divulgar a cultura e incentivar a leitura. Mas, como as bibliotecas escolares não supriam as necessidades dos alunos em referência às pesquisas escolares, ocorreu, após 1971, uma mudança no perfil da biblioteca municipal em relação ao atendimento, à atividade de busca de informações. Observamos então, a partir dessa data, uma evasão nas bibliotecas públicas. Se por um lado era importante a frequência do usuário, por outro lado era negativa pois os educandos passaram a procurar a biblioteca pública para resolver seus problemas de pesquisa. Prática comum que ainda acontece, os professores ordenavam ao aluno a pesquisa, mas não lhes davam subsídios para realizá-las. Não determinam as fontes de informações e as delimitações do temas. Ademais, os estudantes anotavam e anotam o assunto a ser pesquisado. Resultado: nestes anos todos, o educando passou a não dar importância à pesquisa e preocupou-se somente com a nota (TAVARES, 1973).

necessidades dos alunos. Diante disso, cabe ao educador e ao bibliotecário trabalhar em conjunto, para sanar esse problema.

4 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PCNs

A pesquisa, por ser um importante instrumento didático no âmbito escolar, foi contemplada também nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – referentes ao Ensino Fundamental Ciclo I e II (1ª a 8ª séries) – constando como um dos objetivos desse período escolar “saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos” (PCNs, 1998d, pp. 32-33). Neste item, os PCNs sugerem que os professores dêem base, ou seja, desenvolvam no educando habilidades para utilizar fontes bibliográficas e de multimeios, com objetivo de transformar a informação pesquisada em sua trajetória escolar, em conhecimento.

Os PCNs fazem referências implícitas e explícitas à palavra “pesquisa”, especificando nos itens: 1. Objetivos gerais das disciplinas por ciclos; 2. Objetivos por ciclos das disciplinas; 3. Subsídios complementares das disciplinas; 4. Critérios de avaliação em cada uma dessas áreas.

As observações e os comentários que se seguem dizem respeito às colocações da palavra “pesquisa” e em que momentos a citação ocorre nos PCNs:

1. Com relação aos objetivos gerais por disciplinas e por ciclos, os PCNs propõem nas matérias:

Ciências Naturais – Propõem no 1º ao 2º ciclos (1ª/4ª séries do Ensino Fundamental), “identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica” (PCNs, 1997, p. 39) e no 3º e 4º ciclos (5ª/8ª séries do Ensino Fundamental),

identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica, e compreender a tecnologia como meio para suprir as necessidades humanas, sabendo elaborar juízo sobre riscos e benefícios das práticas científicas-tecnológicas (PCNs, 1998a, p. 33).

Observa-se que, neste item, os PCNs sugerem que o educando saiba detectar o que seja uma produção científica e produção tecnológica para reconhecer a importância da teoria e prática.

formular questões diagnosticar e propor soluções para problemas reais a partir de elementos das Ciências Naturais, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidas no aprendizado escolar; saber utilizar conceitos científicos básicos associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema equilíbrio e vida; saber combinar, leituras, observações, experimentações e registros para coleta, comparação entre explicações, organização, comunicação e discussão de fatos e informações (PCNs, 1998a, p. 33).

Estes itens do 3º e 4º ciclos (5ª/8ª séries do Ensino Fundamental) sugerem ainda que o educador crie atividades práticas, utilizando-se das ações e habilidades para a realização de um trabalho escolar.

Geografia – No 1º e 2º ciclos (1ª/4ª séries do Ensino Fundamental), “fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens” (PCNs, 2001, v. 5, t. 1, p. 122), e no 3º e 4º ciclos (5ª/8ª séries do Ensino Fundamental), “conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa de Geografia para compreender a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas” (PCNs, 1998b, p. 35). Observa-se que, nestes itens, os PCNs sugerem que o educando seja incentivado pelo educador a utilizar-se da leitura de informação de diversas fontes bibliográficas e de multimeios e que desenvolva a ação de problematizar e relacionar. Quanto à utilização dos multimeios como recurso pedagógico, é importante destacar que estes materiais enriquecem a informação na forma de entretenimento, favorecendo a compreensão do contexto dentro da realidade que representam porque aliam diferentes linguagens num só veículo.

História – No 1º e 2º ciclos (1ª/4ª séries do Ensino Fundamental), “utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos, iconográficos, sonoros” (PCNs, 2001, v. 5, t. 1, p. 122); e no 3º e 4º ciclos (5ª/8ª séries do Ensino Fundamental), “dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais” (PCNs, 1998c, p. 43). Observa-se que, nestes itens, os PCNs sugerem que o educando aprenda a desenvolver os procedimentos de um trabalho escolar, incluindo a ação de observar e o procedimento de coleta de dados em materiais bibliográficos e imagéticos. As imagens são recursos que favorecem a ação de observação e interpretação, incluindo de fontes históricas.

Língua Portuguesa – No 1º e 2º ciclos (1ª/4ª séries do Ensino Fundamental), “utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem, sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas no texto: (2001, v. 2, p. 42); e no 3º e 4º ciclos (5ª/8ª séries do Ensino Fundamental), “sendo capaz de operar sobre o conteúdo representacional dos textos, identificando aspectos relevantes, organizando notas, elaborando roteiros, resumos, índices, esquemas, etc. (PCNs, 1998d, p. 32). Observa-se que, nestes itens, os PCNs sugerem que o educando saiba interpretar o texto, destacando as palavras-chave e que construa índices, resumos, esquemas e textos concisos, ou seja, que o educando consiga ler e interpretar, transformando o discurso alheio em conteúdo próprio.

De acordo com estes itens dos objetivos gerais das disciplinas por ciclos, observa-se também que os PCNs pretendem levar o educador a responder as seguintes questões:

- Quais são as habilidades básicas que compõem a escolha do tema e os procedimentos de busca e seleção de informações?
- Quais as condições favorecedoras para engajar os alunos em ações de consulta e/ou pesquisa?
- Quais são os processos cognitivos que devem ser “traduzidos” em ações concretas para as quais se possam criar novas condições?
- Quais diferenças surgem entre crianças de realidades educacionais diversas no processo de aprendizado da busca de informações?
- Como compatibilizar os procedimentos de busca e seleção de informações com recursos disponibilizados pela internet e pelo uso do computador?

Familiarizando-se com estas questões de pesquisa escolar e tendo o professor adquirido os procedimentos propostos, deverá desenvolver no educando o processo de ensino/aprendizagem no que se refere a esta competência – trabalho escolar, levando-o, assim, a conhecer, no decorrer de sua trajetória estudantil, resultados também de pesquisas diversificadas.

2. Com relação aos objetivos, por ciclos, das disciplinas de Ciências Naturais, Geografia, História e Língua Portuguesa, observa-se que os PCNs também reforçam os objetivos gerais e fornecem ao educador sugestões para elaboração de atividades práticas, propondo intervenção na realização dos trabalhos escolares.

3. Com relação aos subsídios complementares das disciplinas de Ciências Naturais, Geografia, História e Língua Portuguesa, os PCNs também fornecem temas a serem estudados e sugerem a utilização de material bibliográfico e de recursos eletrônicos

(sites na Internet) com o objetivo de incentivar e integrar a busca e a consulta de informações. Desta forma, as ações e as habilidades de uma pesquisa são favorecidas.

CIÊNCIAS E HISTÓRIA

Os PCNs sugerem temas que deverão ser estudados; na disciplina de Ciências, observa-se no sumário que o assunto se repete em todas as séries. Portanto, entende-se que o assunto deverá ser desenvolvido gradativamente.

GEOGRAFIA

Os PCNs citam temas que deverão ser estudados e sugerem também a utilização de recursos tecnológicos (site na Internet) com o objetivo de incentivo e interação na busca e consulta de localização de informações e, assim, favorecer as ações e habilidades de uma pesquisa com a proposta de aquisição de informações.

LÍNGUA PORTUGUESA

Os PCNs propõem o mesmo conteúdo em todos os ciclos e a criação de atividades práticas. Enfatizam também que o professor deve orientar o aluno para a elaboração de texto próprio, visando a articulação linguística e gramatical para a construção de um discurso próprio.

Com relação aos subsídios complementares das disciplinas, destaco em particular a disciplina de Língua Portuguesa, que se relaciona com o estudo que realize em relação à pesquisa bibliográfica escolar, com alunos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

Em LÍNGUA PORTUGUESA

Nos conteúdos gerais do Primeiro Ciclo, os PCNs apresentam:

Valores, normas e atitudes:

- interesse em tomar emprestado livros do acervo da classe e da biblioteca escolar (PCNs, 2001, v.2, p. 110).

Gêneros discursivos

Gêneros adequados para o trabalho com a linguagem escrita:

- relatos históricos, textos de enciclopédia, verbetes de dicionários, textos expositivos de diferentes fontes (fascículos, revistas, livros de consulta, didáticos etc. (PCNs, 2001, v.2, p. 112).

Língua escrita: usos e formas

Prática de leitura

<ul style="list-style-type: none"> ▪ uso de acervos em bibliotecas;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ busca de informações e consulta a fontes de diferentes tipos (jornais, revistas, enciclopédias etc.), com ajuda;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ manuseio e leitura de livros na classe, na biblioteca e, quando possível, empréstimo de materiais para leitura em casa (com supervisão do professor) (PCNs, 2001, v.2, pp. 114-115).

Prática de produção de texto

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção de textos: introduzindo progressivamente os seguintes aspectos notacionais: -a utilização, com ajuda, de dicionários e outras fontes escritas impressas para resolver dúvidas ortográficas PCNs, 2001, v.2, pp. 115-116).
--

Em conteúdos do **Segundo Ciclo**:

Valores, normas e atitudes:

<ul style="list-style-type: none"> ▪ interesse, iniciativa e autonomia para ler, especialmente textos literários e informativos;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ interesse em tomar emprestado livros do acervo da classe e da biblioteca escolar;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ manuseio cuidadoso de livros e demais materiais escritos;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ interesse no uso e conhecimento das regras de utilização de bibliotecas, centro de documentação e redes de informação;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ sensibilidade para reconhecer a capacidade de questionar, com ajuda do professor, conteúdos discriminatórios, veiculados por intermédio da linguagem;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ atitude crítica diante de textos persuasivos dos quais é destinatário direto ou indireto (PCNs, 2001, v.2, p. 127).

Blocos de conteúdos

Língua escrita: usos e formas:

Prática de leitura

- Atribuição de sentido, coordenando texto e contexto:

<ul style="list-style-type: none"> ▪ uso de recursos variados para resolver dúvidas na leitura; seguir lendo em busca de informação, esclarecedora, deduzir do contexto, consultar dicionários;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ utilização de diferentes modalidades de leitura adequadas a diferentes objetivos: ler para

revisar, para obter informação rápida etc.;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ uso de acervos em bibliotecas: ▪ busca de informações e consulta a fontes de diferentes tipos (jornais, revistas, enciclopédias etc., com orientação do professor (PCNs, 2001, v.2, p. 131).

Prática de produção de texto

<ul style="list-style-type: none"> ▪ utilização de dicionário e outras fontes escritas para resolver dúvidas ortográficas;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ aspectos discursivos: <ul style="list-style-type: none"> * organização das idéias de acordo com as características textuais de cada gênero;
<ul style="list-style-type: none"> • utilização da escrita como recursos de estudo: <ul style="list-style-type: none"> * compor textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes; * fazer resumos (PCNs, 2001, v.2, p. 132-133).

Análise e reflexão sobre a língua

<ul style="list-style-type: none"> ▪ revisão do próprio texto: <ul style="list-style-type: none"> *durante o processo de redação, relendo cada parte escrita, verificando a articulação com o já escrito e planejando o que falta escrever; *depois de produzida uma primeira versão, trabalhando sobre o rascunho para aprimorá-lo, considerando as seguintes questões: adequação ao gênero, coerência e coesão textual, pontuação, paginação e ortografia;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ análise de regularidade da escrita: <ul style="list-style-type: none"> *concordância verbal e nominal (e outros aspectos que se mostrem necessários a partir das dificuldades da redação (PCNs, 2001, v. 2, pp. 133-134).

Nos subsídios complementares, os PCNs enfatizam a pesquisa bibliográfica escolar desde o Ciclo 1 por meio dos seguintes recursos:

SUBSÍDIOS COMPLEMENTARES

Ciclo I (1ª/4ª séries do Ensino Fundamental)

Recursos	Propostas
a) uso da biblioteca de classe e da biblioteca da escola para empréstimo de material;	valores e normas e atitudes.
b) uso de redes de informação;	valores e normas e atitudes.

c) uso de obras de referência e diferentes fontes para escrita;	gêneros discursivos: gêneros adequados para o trabalho com a linguagem escrita.
d) busca, consulta, manuseio e empréstimo do acervo da biblioteca e da biblioteca de classe para leitura e trabalhos escolares;	língua escrita: uso e formas: prática da leitura.
e) busca de informação como recursos variados para resolução de problemas;	língua escrita: uso e formas: prática da leitura: atribuição de sentido coordenado texto e contexto.
f) consulta a dicionários e outras fontes para resolução de problemas;	prática de produção de texto.
g) organização de idéias (identificar palavras-chave; composição de textos e resumos).	Idem.

Diante do exposto, fazendo uma conexão com a minha prática e com o meu livro de orientação de Introdução à Pesquisa com alunos de 1ª/4ª séries do Ensino Fundamental, identifiquei que a atividade de trabalho escolar é enfatizada pelos PCNs desde o 1º Ciclo:

Alínea “a”: “sugere a utilização da biblioteca da escola para empréstimo de materiais”. As aulas ministradas de qualquer disciplina e, mesmo de Introdução à Pesquisa, em sala de aula, ora na biblioteca, ora no laboratório de informática, favorecem o meio. O meio, ou seja, “interação entre condições de funcionamento do organismo e as atividades oferecidas pelo meio” (MAHONEY, p. 16). Diante disso, com o contato com a leitura de informações, poderá ser incentivado também o empréstimo domiciliar de livros de leitura informal, tendo como proposta incentivá-los ao gosto de ler.

Alínea “b”: “utilizar-se de redes de informação”. As aulas ministradas no Laboratório de Informática ou em biblioteca que tenha computadores disponíveis para os alunos. Os alunos utilizam-se do computador para consultar, ler e extrair os textos nos sites da Internet e os assuntos relacionados ao que está sendo proposto pelo educador. Também aproveita para digitar seus trabalhos.

Alínea “d”: “busca, consulta, manuseio e empréstimo domiciliar”. Essas habilidades são realizadas através de atividades que têm como recurso obras de referência e livros

didáticos. O empréstimo domiciliar, para elaboração da atividade, acontece somente quando é desenvolvida em suas residências.

Alínea “e” e “f”: “busca e consulta de informação para resolução de problemas”. Esse procedimento é realizado no momento em que o educando busca e consulta no dicionário palavras que desconhece para resolver problemas ortográficos e para saber seu conceito ou significado, sendo executado ou não através de atividades. Para desenvolver esta habilidade utilizam-se também enciclopédias, livros didáticos e revistas.

Alínea “g”: “organização de idéias”. Esta ação é realizada pelo contato com diversos tipos de textos que, através da leitura, leve a interpretação, compreensão e, simultaneamente, identificação de palavras-chave ou frases que consolidem com as informações adquiridas anteriormente para a composição de pequenos textos e resumos.

4. Critérios de avaliação

Em critério de avaliação nas disciplinas de Ciências Naturais, Geografia, História e Língua Portuguesa, os PCNs apresentam a responsabilidade do educador em observar se o educando, no seu percurso escolar, atingiu gradativamente o que foi proposto. E enfocam, na disciplina de Geografia, conforme subsídios referentes ao seu conteúdo, que um dos objetivos a ser atingido deve ser formar um aluno consciente sobre os problemas sociais e econômicos no mundo. Pressupõe a aquisição de conhecimento a partir das informações recebidas na sua trajetória como educando, aliadas a sua experiência pessoal e do meio em que vive, ampliando gradativamente, com a orientação do educador, esse leque de informações.

Os PCNs não citam diretamente a pesquisa escolar, mas observa-se que, em seu conteúdo, propõem esse trabalho ao educando de várias formas, destacadas nas últimas páginas dos volumes das disciplinas. São elas:

Ciências Naturais, primeiro ao quarto ciclos (1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental):

- pesquisa de campo ou de estudo do meio;
- pesquisa experimental;
- ação: observação e problematização;
- elaboração de projetos.

Geografia, primeiro ao quarto ciclos (1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental):

- pesquisa comparativa;
- ação: observação.

História, primeiro ao quarto ciclos (1ª a 8ª séries do Ensino Fundamenta):

- pesquisa de campo ou de estudo do meio;
- pesquisa histórica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo nos mostra que a implantação da pesquisa teve sua origem na Lei 4024/61 e não posteriormente na Lei 5692/71. O que se observa é que somente na Lei 5692/71 verifica-se a existência, como proposta concreta aos educadores, da utilização da pesquisa como recurso pedagógico, mas ainda sem parâmetros a serem seguidos, somente como atividades escolares para complementar e ampliar o conteúdo das disciplinas.

Quanto a sua aplicação em sala de aula, constatou-se a inexistência de algumas escolas sem bibliotecas e profissionais qualificados – o bibliotecário para atender os docentes, e assim, fornecer o apoio necessário tanto ao professor quanto ao aluno.

A Lei 9394/96, juntamente com os PCNs, indica detalhadamente, em algumas disciplinas, as ações e habilidades que concernem o ato de pesquisar, demonstrando a importância de sua disseminação como instrumento didático no âmbito educacional no Ensino Fundamental.

Quanto à conexão com a minha prática e a obra de minha autoria sobre orientação a pesquisa bibliográfica escolar, acredito que atinja o que é proposto nos PCNs em relação aos objetivos gerais e por ciclos no 1º ciclo (1ª/4ª séries do Ensino Fundamental), que são: compreensão e interpretação de textos; identificação de aspectos pertinentes; composição de textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes e escrever textos, preocupando-se com a forma ortográfica. É relevante chamar a atenção para o fato deste processo de ensino/aprendizagem do educando ser de acordo com o seu desenvolvimento emocional, motor e cognitivo integrado e influenciado pelo meio.

Portanto, o trabalho propõe que os educadores em geral propiciem dessa atividade, que orientem o educando a desenvolver habilidades e ações para a realização de uma pesquisa escolar com qualidade (dentro de um plano pedagógico) e tendo como

proposta a melhoria da educação e formação do aluno consciente em busca de sua autonomia no manuseio da informação (LDBs e PCNs).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Gilka Vincentini Ferreira de. **Do ensino de 1º grau**: legislação e pareceres. Brasília: MEC: DEF, 1979. 575p.

BEZERRA, Maria Aparecida da Costa. **Informação & formação**: passos para a pesquisa. Belo Horizonte: Dimensão, 1998. 4 v.

_____. **A pesquisa escolar como recurso didático**: um estudo com professores do Ensino Fundamental. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BRASIL. Leis, decretos etc. **Leis de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei no. 9394, 20 de dezembro de 1996. São Paulo: SIESP, [1997?]. p. 19.

CARDOSO, Wagner Miranda. **Nós e a 5692**. São Paulo: WM Publicações, [1972?].

MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Org.). **Henri Wallon**: psicologia e educação. São Paulo: Loyola, 2002.

OLIVEIRA, Rita Maria Belem Dias de. Educação científica: recomendações de novos caminhos e estratégia para a pesquisa escolar. **Revista do Professor**, Porto Alegre, v. 15, n. 58: 18-20, abr./jun. 1999.

PARÂMETROS Curriculares Nacionais: ciências naturais (1ª a 4ª série). Brasília: MEC: SEF, 1997. v. 4.

_____. ciências naturais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC: SEF, 1998a. 138p.

_____: geografia (1ª a 4ª série). Brasília: MEC: SEF, 2001. v. 5 t. 2.

_____: geografia: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC: SEF, 1998b. 156p.

_____. história: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC: SEF, 1998c. 107p.

_____. língua portuguesa (1ª a 4ª série). Brasília: MEC: SEF, 2001. v. 2.

_____. _____. língua portuguesa: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC: SEF, 1998d. 106p.

PÉCORA, Gláucia Maria Mollo. **Pesquisa na biblioteca escolar: a eficiência de um roteiro**. Campinas, 1998. 115 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia). Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

TAVARES, Maria Christina de Moraes. **A pesquisa escolar na escola e na biblioteca pública**. CRB8 – Conselho Regional de Biblioteconomia, 8ª Região. ABM – Associação dos Bibliotecários Municipais: Boletim. São Paulo, v. 3, n. 1: 9, jan./mar. 1993.